

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

**Demonstrações Financeiras Referentes aos
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020
e 2019 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações
Financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	10
Balancos patrimoniais	13
Demonstrações dos resultados	14
Demonstrações do resultado abrangente	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A (“Rodoanel” ou “Companhia” ou “Concessionária”), relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhados do relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

A Companhia marcou a retomada do Programa de Concessões de São Paulo e representa uma das principais soluções para o tráfego na Região Metropolitana de São Paulo. Com o pagamento da outorga de R\$ 2.000.000 mil realizado em dois anos, o Estado de São Paulo teve recursos suficientes para concluir a construção do trecho sul do Rodoanel, que é um eixo de escoamento da produção agrícola e industrial para o Porto de Santos, bem como fluxo de veículos para o litoral paulista. A rodovia, conjugada ao trecho Sul, também é fundamental para desafogar o trânsito no sistema viário municipal da capital de São Paulo, a diminuição do número de caminhões nas marginais Tietê e Pinheiros e na Avenida dos Bandeirantes. O contrato de concessão tem o prazo de 30 anos, encerrando-se em 31 de maio de 2038, sendo que a cobrança de pedágio se iniciou em 17 de dezembro de 2008.

A Companhia emprega de forma direta 512 pessoas. Atualmente, a empresa gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 7 municípios no entorno da rodovia sob sua administração.

A Companhia tem como acionistas a CCR (99,5867%) e a Encalso Construções Ltda. (0,4133%).

1.3. Destaques do ano de 2020

Investimentos

- Conservação do pavimento flexível e rígido.

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Foram distribuídos no ano de 2020, devidamente aprovados em AGE (Assembleia Geral Extraordinária):

Dividendos: R\$ 8.194

- 23/04/2020 – R\$ 6.258 de dividendos adicionais propostos de 2019;
- 25/11/2020 – R\$ 1.936 de dividendos intermediários de 2020.

Juros sobre o Capital Próprio: R\$ 8.500

- 25/11/2020 – R\$ 6.540 de juros sobre o capital próprio destacados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24/11/2020;
- 22/12/2020 – R\$ 1.960 de juros sobre o capital próprio destacados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/12/2020.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1. Desempenho RodoAnel

Em R\$ mil	2020	2019	Var.%
Receita líquida	243.051	303.558	-19,93%
Receita de pedágio	255.821	276.843	-7,59%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	7.112	48.334	-85,29%
Outras receitas	2.466	2.570	-4,05%
(-) Deduções da receita bruta	(22.348)	(24.189)	-7,61%
(-) Custos e despesas (a)	(194.032)	(228.633)	-15,13%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(7.112)	(48.334)	-85,29%
Demais custos e despesas	(186.920)	(180.299)	3,67%
(+/-) Resultado financeiro líquido	(25.062)	(54.315)	-53,86%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.267)	(4.547)	15,83%
Lucro líquido	18.690	16.063	16,35%
(+/-) Resultado financeiro líquido	25.062	54.315	-53,86%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	5.267	4.547	15,83%
EBIT	49.019	74.925	-34,58%
Margem EBIT	20,17%	24,68%	-4,5 p.p.
Margem EBIT ajustada (b)	20,78%	29,36%	-8,6 p.p.
(+) Depreciação/amortização	21.244	20.593	3,16%
EBITDA	70.263	95.518	-26,44%
Margem EBITDA	28,91%	31,47%	-2,6 p.p.
(+) Provisão de manutenção (c)	14.503	10.680	35,80%
(+) Despesas antecipadas ao resultado (d)	73.578	73.578	0,00%
EBITDA ajustado	158.344	179.776	-11,92%
Margem EBITDA ajustada (e)	67,11%	70,44%	-3,3 p.p.
Endividamento bruto (f)	770.054	805.983	-4,46%
Investimentos (caixa)	11.832	55.917	-78,84%
Veículos equivalentes (em milhares)	121.621	135.290	-10,10%

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais;

(b) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas receitas líquidas sem considerar a receita de construção, dado que esta é um requerimento do CPC, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais;

(c) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item "j") e 15 - Provisão de manutenção;

(d) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide nota explicativa 9 - Pagamentos antecipados relacionados à concessão;

(e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do CPC, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais; e

(f) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação).

2.1.1. Receita operacional

A receita bruta de pedágio em 2020 totalizou R\$ 255.821 (-7,59% sobre 2019). O decréscimo da receita de pedágio é essencialmente reflexo da queda de tráfego em virtude das medidas restritivas adotadas por conta da Covid-19.

2.1.2. Custos e despesas totais

Os custos e despesas totalizaram R\$ 194.032 no ano de 2020. Os principais fatores que contribuíram para o aumento de 15,13% em relação a 2019, foram:

- Os custos de construção atingiram R\$ 7.112. A redução de 85,29% em relação a 2019 é reflexo do Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. No ano anterior o principal montante de investimento foi a Implantação das Vias Marginais Padroeira-Raposo.
- Em 2020, a provisão de manutenção totalizou R\$ 14.503, ante R\$ 10.680 em 2019, reflexo da provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento. Durante o exercício de 2020, foram realizadas revisões das soluções e estimativas de custos com manutenção, envolvendo entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com o contrato de concessão, a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente.
- Depreciação e Amortização somaram R\$ 21.244 no ano de 2020. O aumento de 3,16% em relação ao ano anterior decorre dos investimentos realizados, descrito na seção de investimentos.
- O custo da outorga, que inclui a apropriação de despesas antecipadas, atingiu R\$ 77.458 no ano de 2020, apresentando queda de 0,41% em relação a 2019, não sofrendo variações significativas.
- Em 2020, o custo de serviços totalizou R\$ 36.433, representando aumento de 19,54% em relação a 2019. Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial da rodovia, tais como: conservação do pavimento e conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), entre outros.
- Os custos e despesas com pessoal atingiram R\$ 24.603 no ano de 2020, registrando uma queda de 7,87% em relação a 2019, reflexo principalmente das adequações de pessoal.
- Os outros custos e despesas, tais como serviços públicos, aluguéis, marketing, materiais, equipamentos e veículos foram de R\$ 12.679, uma redução de 9,88% em relação ao ano anterior.

2.1.3. Resultado financeiro

No ano de 2020, as operações financeiras da Companhia geraram resultado financeiro líquido negativo de R\$ 25.062, ante R\$ 54.315 em 2019. A redução de 53,86% ocorreu pela queda do indexador CDI que variou de 5,96% em 2019 para 2,75% em 2020.

2.1.4. Lucro Líquido

Em 2020, o lucro líquido atingiu R\$ 18.690, apresentando um aumento de 16,35% em relação a 2019, reflexo principalmente da melhora no Resultado Financeiro.

2.1.5. Endividamento

O endividamento bruto alcançou R\$ 770.054 ante R\$ 805.983 em 2019, representando uma redução de 4,46%.

2.2. Investimento

Em 2020, os investimentos somaram R\$ 11.832, dentre os quais destacam-se a Implantação das Vias Marginais Padroeira-Raposo.

3. Estratégia e Gestão

3.1. Governança Corporativa

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por seis membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente e um Vice-Presidente.

De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por, no mínimo seis e no máximo oito membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores e o outro de Engenharia de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia.

Maiores informações e detalhes sobre a atuação da Companhia no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço www.rodaneloeste.com.br/ri

3.2. Gestão de Pessoas

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 512 de forma direta.

Em 2020, foram investidos R\$ 61 mil em 22 programas de treinamento e capacitação das pessoas.

4. Sustentabilidade

A sustentabilidade é um pilar estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é impulsionada por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar riscos, oportunidades a fim de ampliar os impactos ambientais, sociais e econômicos em nossas operações.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para a sustentabilidade que permeia todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os stakeholders e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Riscos e Reputação e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR:

- Código de Ética
- Política do Meio Ambiente
- Política de Mudanças Climáticas
- Política de Responsabilidade Social
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política da Empresa Limpa

Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse:

<http://ri.ccr.com.br/governanca-corporativa/politicas-estatuto-codigo-de-etica-e-acordo-de-acionistas/>

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do Relatório Anual e de Sustentabilidade. Para ler a edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>

4.1. Gestão de Sustentabilidade

A Companhia possui um programa estruturado com metas, recursos e responsáveis definidos para a gestão de recursos ambientais. Este programa tem como objetivo a melhoria contínua, baseada em abordagens preventivas de gestão ambiental, visando o uso ou consumo sustentável de recursos naturais renováveis a longo prazo. No ano de 2020 a Companhia manteve as certificações conquistadas ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001, operando o SGI – Sistema de Gestão Integrado, que contempla as ações de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional.

Além disso em 2020 a Companhia colaborou dentro dos seus processos de sustentabilidade a permanência do Grupo CCR na carteira do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial. Também contribuiu com as informações para elaboração do *Global Reporting Initiative* – GRI.

- Principais ações para redução do consumo de água, energia elétrica e geração de resíduos

Em 2020 foram realizadas visitas técnicas nas Bases Operacionais para conscientização e redução do consumo de água, energia elétrica, combustível e geração de resíduos, com o objetivo de reduzir os impactos ambientais. Entre as ações implantadas, foi constituído um grupo de trabalho para definir as estratégias de comunicação para orientar e conscientizar os colaboradores, intensificando a necessidade da mudança de hábitos e comportamento em relação ao consumo consciente.

Em 2020 a Concessionária utilizou água de reuso em seus processos operacionais e administrativo, implantou iluminação a LED, controle das contas públicas para identificação de desvios no consumo de água e energia elétrica, utilização de combustíveis e veículos menos poluentes (moto resgate). Na gestão de resíduos, destinação de forma ambientalmente correta e reaproveitamento e reciclagem de entulho de construção civil e material fresado.

- Principais projetos sociais desenvolvidos pela Companhia

Em razão da pandemia de COVID-19, os projetos culturais estão suspensos, com exceção do Programa Caminhos para a Cidadania.

Caminhos para a Cidadania - Caminhos para a Cidadania, que leva educação no trânsito para alunos do 4º e 5º ano da rede municipal de ensino. Também vale destacar o projeto teatral “A viagem de uma estrela”, espetáculo que trata os temas mobilidade urbana e meio ambiente.

Ações de Apoio – COVID-19

Importante destacar que em 2020, a principal atividade social foi o apoio às ações de enfrentamento ao COVID-19. Nesse contexto foram entregues diversos itens, tais como kit higiene, kit alimentação, máscaras de tecido, tags, entre outros. Foram atendidos um total de 61.257 caminhoneiros.

Campanhas do Agasalho: Em 2020 foram doados 1.200 cobertores novos ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo.

- Investimento em treinamentos e capacitações para os colaboradores no âmbito sustentável

A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2020, ocorreram diversos treinamentos destacando-se: Resgate Veicular, Manejo e Captura de Animais Silvestres, Rotinas Administrativas entre outros.

5. Considerações Finais

5.1. Auditores Independentes

Informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.2. Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

5.3. Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia

5.4. Cláusula compromisso

Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

Barueri, 18 de março de 2020.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

Barueri - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa 1.1 às demonstrações financeiras, foi celebrado por sua controladora, o Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo (“Instrumento”) do qual a Companhia é parte integrante. Os efeitos relevantes desse instrumento, aplicáveis a Companhia, foram refletidos nas demonstrações financeiras emitidas. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro. A Companhia e sua controladora não puderam nos apresentar a totalidade das informações e documentação correlata, por estarem protegidas por segredo de justiça, conforme mencionado na referida nota explicativa. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras.

Consequentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes e/ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e informações correspondentes divulgadas para fins de comparação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética

Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, não foi possível concluir se as outras informações também poderiam estar distorcidas de forma relevante pela mesma razão do assunto descrito na referida seção.

Principal assunto de auditoria

Com exceção do assunto descrito na seção Base para opinião com ressalva, não existem outros principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Ênfase

Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº1, que menciona a ação popular protocolada em 15 de dezembro de 2008 que pleiteia a anulação do contrato de concessão de operação do Rodoanel Mário Covas, objeto operacional da Companhia. A ação foi julgada procedente em primeira instância e, posteriormente, suspensa com liminar até o trânsito em julgado para conclusão da referida ação. Visando anular o processo desde a citação inicial a Companhia aguarda julgamento com vistas ao processamento e julgamento do recurso extraordinário. Os assessores jurídicos da Companhia estimam um desfecho favorável da causa à Companhia. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e

emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	61.313	2.001	Debêntures	13	134.610	39.302
Aplicações financeiras	6	108.622	79.054	Fornecedores		7.453	7.518
Contas a receber	7	16.986	17.601	Impostos e contribuições a recolher		3.523	2.754
Contas a receber - partes relacionadas	10	50	56	Obrigações sociais e trabalhistas		2.790	3.394
Cessão onerosa - partes relacionadas	10	38.192	22.724	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	239	197
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	73.578	73.578	Obrigações com o poder concedente		372	358
Tributos a recuperar		280	1.104	Arrendamento mercantil		-	4
Despesas antecipadas e outros créditos		1.358	1.648	Contas a pagar com operações de derivativos	19	1.443	-
Adiantamentos a fornecedores		74	-	Outras contas a pagar		107	183
				Provisão de manutenção	15	5.779	-
Total do ativo circulante		<u>300.453</u>	<u>197.766</u>	Total do passivo circulante		<u>156.316</u>	<u>53.710</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Debêntures	13	635.444	766.681
Depósitos judiciais		62	469	Impostos e contribuições a recolher		10.656	10.165
Tributos diferidos	8b	273.895	271.385	Provisão para riscos trabalhistas, previdenciários e cíveis	14	104	73
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	1.207.905	1.281.483	Provisão de manutenção	15	30.605	20.276
Cessão onerosa - partes relacionadas	10	4.760	42.759	Mútuos cedidos à terceiros	18	104.916	102.135
Contas a receber com operações de derivativos	19	915	-	Total do passivo não circulante		<u>781.725</u>	<u>899.330</u>
Tributos a recuperar		15	-				
		1.487.552	1.596.096	Patrimônio líquido			
Imobilizado	11	24.995	27.355	Capital social	16a	1.303.434	1.303.434
Intangível	12	360.117	368.401	Reservas de lucro		3.657	803
Intangível em construção	12	77.415	73.913	Dividendos adicionais propostos	16d	5.400	6.258
Direito de uso em arrendamento		-	4				
Total do ativo não circulante		<u>1.950.079</u>	<u>2.065.769</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.312.491</u>	<u>1.310.495</u>
Total do ativo		<u>2.250.532</u>	<u>2.263.535</u>			<u>2.250.532</u>	<u>2.263.535</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados

para o exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	17	243.051	303.558
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(7.112)	(48.334)
Provisão de manutenção	15	(14.503)	(10.680)
Depreciação e amortização		(19.693)	(18.860)
Custo da outorga		(77.458)	(77.776)
Serviços		(33.501)	(27.527)
Custo com pessoal		(23.357)	(24.724)
Materiais, equipamentos e veículos		(4.407)	(5.019)
Outros		(3.255)	(3.382)
		<u>(183.286)</u>	<u>(216.302)</u>
Lucro bruto		<u>59.765</u>	<u>87.256</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(1.246)	(1.980)
Serviços		(2.932)	(2.950)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.093)	(1.111)
Depreciação e amortização		(1.551)	(1.733)
Água, luz, telefone, internet e gás		(2.003)	(2.020)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(346)	(572)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		(31)	862
Aluguéis de imóveis e condomínios		(54)	(51)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(846)	-
Impostos, taxas e despesas com cartórios		(328)	(238)
Reversão (provisão) para perda esperada - Contas a receber		65	(204)
Reversão (provisão) ressarcimento ao usuário		378	(989)
Editais e publicações		(97)	(97)
Despesas legais e judiciais		(153)	(218)
Despesas, provisões e multas indedutíveis		(116)	(934)
Outros		(771)	(247)
		<u>(11.124)</u>	<u>(12.482)</u>
Outros resultados operacionais		<u>378</u>	<u>151</u>
Resultado antes do resultado financeiro		49.019	74.925
Resultado financeiro	18	<u>(25.062)</u>	<u>(54.315)</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		23.957	20.610
Imposto de renda e contribuição social - corrente	8a	(7.777)	(5.920)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	8a	<u>2.510</u>	<u>1.373</u>
Lucro líquido do exercício		<u>18.690</u>	<u>16.063</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Rodoanel Oeste
Demonstrações do resultado abrangente
para o exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	18.690	16.063
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>18.690</u></u>	<u><u>16.063</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para o exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Reserva de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
		Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.040.700	-	-	-	(480.130)	560.570
Redução de capital para absorção dos prejuízos acumulados em 26 de novembro de 2019	(480.128)	-	-	-	480.128	-
Aumento de capital em 27 de novembro de 2019	742.862	-	-	-	-	742.862
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	16.063	16.063
Destinações:						
Reserva legal	-	803	-	-	(803)	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	6.258	(6.258)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(9.000)	(9.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.303.434	803	-	6.258	-	1.310.495
Distribuição de dividendos adicionais propostos em 23 de abril de 2020	-	-	-	(6.258)	-	(6.258)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	18.690	18.690
Destinações:						
Reserva Legal	-	934	-	-	(934)	-
Distribuição de dividendos em 25 de novembro de 2020	-	-	-	-	(1.936)	(1.936)
Juros sobre o capital próprio em 24 de novembro de 2020 (líquido)	-	-	-	-	(5.559)	(5.559)
Juros sobre o capital próprio em 24 de novembro de 2020 (IRRF)	-	-	-	-	(981)	(981)
Juros sobre o capital próprio em 18 de dezembro de 2020 (líquido)	-	-	-	-	(1.666)	(1.666)
Juros sobre o capital próprio em 18 de dezembro de 2020 (IRRF)	-	-	-	-	(294)	(294)
Dividendo Adicional Proposto	-	-	-	5.400	(5.400)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	1.920	-	(1.920)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.303.434	1.737	1.920	5.400	-	1.312.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para o exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	18.690	16.063
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.510)	(1.373)
Apropriação de despesas antecipadas relacionadas à concessão	73.578	73.578
Depreciação e amortização	21.240	20.569
Baixa de ativo imobilizado e intangível	309	368
Capitalização de custo de empréstimos	(2.624)	(3.278)
Juros sobre debêntures	27.179	57.288
Constituição da provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	275	675
Atualização monetária sobre riscos cíveis e trabalhistas e previdenciários	5	329
Resultado de operações com derivativos	528	-
Valor justo de debêntures	(459)	-
Juros sobre mútuo com terceiros	3.273	6.646
Depreciação - Arrendamento mercantil	4	24
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento mercantil	-	1
Reversão e provisão para perda esperada - Contas a receber	(65)	204
Constituição de provisão de manutenção	14.503	10.680
Ajustes a valor presente da provisão de manutenção	1.605	876
Juros e variação monetária sobre mútuos com partes relacionadas	(1.738)	(4.583)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	10	3
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	680	(2.346)
Contas a receber - partes relacionadas	6	3.956
Cessão onerosa - recebimento	-	17.200
Tributos a recuperar	837	(252)
Despesas antecipadas e outras	697	(484)
Adiantamento a fornecedores	(74)	64
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(75)	(2.386)
Fornecedores - partes relacionadas	42	13
Obrigações sociais e trabalhistas	(604)	393
Impostos e contribuições a recolher e provisão imposto de renda e contribuição social	6.361	(2.404)
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(6.376)	(5.309)
Obrigações com o poder concedente	14	(6)
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(249)	(1.865)
Outras contas a pagar	(76)	98
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	154.986	184.742
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(3.828)	(7.447)
Adições ao ativo intangível	(8.004)	(48.470)
Outros de ativo Intangível	21	22
Mútuos com partes relacionadas (Recebimentos)	24.269	-
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(29.568)	(62.251)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(17.110)	(118.146)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Mútuos com terceiros	(492)	-
Debêntures		
Pagamentos de principal	(32.000)	-
Pagamentos de juros	(30.649)	(59.016)
Arrendamento mercantil		
Pagamentos (principal e juros)	(4)	(25)
Dividendos e JCP pagos	(15.419)	(9.000)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(78.564)	(68.041)
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	59.312	(1.445)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.001	3.446
No final do exercício	61.313	2.001
	59.312	(1.445)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Avenida Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, 690 – sala 11 – 1º andar, bairro Tamboré na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Controladora final da Companhia é a CCR S.A.

A Companhia, sob o regime de concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, tendo início no km 0+000 na Av. Raimundo Pereira de Magalhães (Km 24 da Estrada Velha de Campinas - SP 322) e terminando na altura do Km 278+800 da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), incluindo o dispositivo de intersecção com a Rodovia Régis Bittencourt, correspondente ao Lote 24 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, tem por objeto a exploração do Sistema Rodoviário que compreende:

- a) Execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados;
- b) Apoio na execução dos serviços não delegados;
- c) Gestão dos serviços complementares, na forma do Regulamento da Concessão, compreendendo execução, gestão e fiscalização.

O prazo da concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, ou seja, 1º de junho de 2008, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no Contrato de Concessão nº 001/ARTESP/2008.

A Companhia iniciou suas operações em 17 de dezembro de 2008.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Ampliações e melhoramentos

- Implantação de Faixas Adicionais entre a Rodovia Castello Branco e a Rodovia Raposo Tavares;
- Implantação de Vias Marginais entre o dispositivo da Padroeira e a Rodovia Raposo Tavares;
- Implantação de seis passarelas para pedestres;
- Melhorias nos dispositivos de entroncamento da Padroeira e da Rodovia Castello Branco;
- Construção de viaduto - Passagem Superior da estrada velha de Cotia;
- Implantação de Barreiras Acústicas em determinados trechos da Rodovia;
- Sistema de Monitoração de Tráfego, incluindo CFTV e analisadores de Tráfego;
- Sistema de Telecomunicações, incluindo Telefones de Emergência e Painéis de Mensagem Variável;
- Sistema de Arrecadação, incluindo a implantação de praças de pedágio; e
- Sistema de Controle de Fiscalização, incluindo a implantação de postos de pesagem.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão rodoviária de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O contrato de concessão da Companhia não contém opção de renovação.

O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da Companhia e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1 Processo de investigação

Em 29 de novembro de 2018, a Controladora CCR S.A. celebrou Termo de Autocomposição, do qual a Companhia é parte integrante, com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual, a Controladora CCR S.A. se comprometeu a pagar, a quantia de R\$ 81.530, dos quais R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados, pela Controladora, no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 49.265 e a segunda de R\$ 32.265, ambas pagas nos vencimentos, que ocorreram em março de 2019 e março de 2020. Tais valores foram corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo.

Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpôs recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 09 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à Controladora por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A Controladora reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo. Em 04 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou o recurso interposto pelo Estado de São Paulo, mantendo integralmente a sentença de primeira instância.

1.2 Efeitos da pandemia do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global, passando a ser considerado pandemia em anúncio feito pela mesma OMS em 11 de março de 2020. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e estão gerando impactos relevantes na Companhia.

A Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação e, até 31 de dezembro de 2020, verificou o seguinte resultado do levantamento referente ao tráfego da rodovia, na forma de veículos equivalentes:

Real 2020 x Real 2019					
Veículos Equivalentes					
12/mar/2020 a 31/dez/2020			01/jan/2020 a 31/dez/2020		
x			x		
12/mar/2019 a 31/dez/2019			01/jan/2019 a 31/dez/2019		
Passeio	Comercial	Total	Passeio	Comercial	Total
-22,1%	-0,4%	-12,6%	-18,2%	0,2%	-10,1%

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Controladora (CCR S.A.) instalou comitê de crise, conforme divulgado em Fato Relevante de 18 de março de 2020, para avaliar o impacto da pandemia sobre seus negócios e sobre as pessoas, e vem tomando as medidas necessárias diante dos eventos que vão se sucedendo. Abaixo demonstramos as principais análises e suas respectivas conclusões para os principais possíveis impactos sobre essas demonstrações financeiras:

Avaliação de continuidade operacional

- Atualmente, revisamos e elaboramos mensalmente (semanalmente no início da quarentena e depois quinzenalmente) cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Em tais cenários, não se identificou, até o momento, problemas que impactariam a liquidez ou a gerariam quebra de *covenants* da Companhia.
- O evento da pandemia tem causado elevada volatilidade nos mercados financeiros, inclusive no câmbio, onde foi possível constatar importante depreciação do Real frente ao Dólar norte-americano. A Companhia não possui exposição cambial importante.

Na revisão dos fluxos de caixa foram consideradas as medidas, abaixo elencadas, que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e aumento de liquidez, diante a situação de crise. São elas:

- Contenção de despesas e priorização de investimentos;
- Adoção da MP 936/2020 com o intuito de preservar empregos, reduzindo o salário e carga horária de todo o pessoal de liderança em 25%, pelo prazo de 3 meses, com início em maio de 2020, e suspendendo o contrato de trabalho por período de tempo determinado de parte dos colaboradores do grupo de liderados.

Avaliação de ativos não financeiros e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Sob o ponto de vista regulatório nacional, a Companhia entende que o seu contrato de concessão está resguardado por cláusulas de proteção contra eventos de força-maior e/ou casos fortuitos.

A Companhia obteve parecer de consultor jurídico independente, corroborando o entendimento dela com relação às proteções do contrato de concessão acima mencionado e sobre o evento da pandemia do COVID-19 ser classificado como evento de força-maior.

Ainda sob o ambiente regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU), emitiu o parecer nº 261/2020, à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, onde conclui pelo direito dos concessionários a terem seus contratos de concessão reequilibrados pela decorrência dos impactos da referida pandemia.

Sendo assim, a Companhia avalia que o contrato será reequilibrado pelos efeitos advindos da pandemia e tais reequilíbrios seriam suficientes para a recuperação dos ativos não monetários e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Avaliação de ativos financeiros

Não foram identificados eventos e condições que justificassem um aumento da perda esperada nos ativos financeiros.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desta forma, não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos, principalmente, relacionado a realização de contas a receber.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos.

Adicionalmente, tendo em vista uma potencial queda significativa de sua geração de resultado a Companhia vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam.

1.3. Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles, principalmente:

i. Ação Popular - Lei Estadual nº 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo

Trata-se de ação popular proposta por único autor, Cesar Augusto Coelho Nogueira Machado, em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e dos acionistas da Companhia, CCR e Encalso Construções Ltda. (Encalso), com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008.

Em 08 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a Companhia recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 09 de janeiro de 2009, em virtude de suspensão de liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo.

A ação foi julgada procedente. O Governo de São Paulo e a ARTESP interpuseram recurso perante o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) inclusive contra a aplicação imediata da sentença, tendo em vista a anterior decisão do TJSP, que suspendeu os efeitos até o trânsito em julgado da ação, o que foi deferido. O recurso de apelação do Estado de São Paulo foi provido para anular o processo desde a citação, a fim de que o autor emende a petição inicial.

A CCR e a Encalso interpuseram embargos de declaração relativos à omissão do acórdão quanto à sua ilegitimidade para figurarem na ação, que foram rejeitados, tendo sido aplicada multa processual. Em 16 de fevereiro de 2012, foram interpostos recursos excepcionais ao STJ e STF contra a aplicação da multa, os quais tiveram seguimento negado. Contra estas decisões foram interpostos agravos em janeiro de 2015, sendo que em decisão proferida em 13 de agosto de 2019 foi desprovido o agravo interposto pela Encalso e CCR com vistas ao processamento e julgamento do recurso especial.

Em 28 de novembro de 2019, foi proferida decisão pelo STJ, em sede de agravo interno, que deu provimento parcial ao recurso especial e afastou a condenação da CCR e da Encalso ao pagamento da multa imposta pelo TJSP. Contra referida decisão, em 09 de dezembro de 2019, o autor popular opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados em decisão proferida em 07 de fevereiro de 2020.

Em 03 de março de 2020, o autor popular interpôs recurso de agravo interno contra a

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

decisão proferida nos autos do agravo em recurso especial. Em 26 de maio de 2020, foi publicada decisão que não conheceu por unanimidade, o agravo interno interposto pelo autor popular, que em 02 de junho de 2020, opôs embargos de declaração contra referido acórdão .

Em 21 de setembro de 2020, foi certificado o trânsito em julgado do acórdão que rejeitou os embargos de declaração, e em 22 de setembro de 2020 os autos foram recebidos no STF e autuados como agravo em recurso extraordinário nº 1.290.800. Em 27 de outubro de 2020, foi publicada decisão monocrática por meio da qual o Ministro Presidente inadmitiu o agravo em recurso extraordinário interposto pela CCR e pela Encalso em janeiro de 2015, por entender que a apreciação do recurso demandaria o reexame de provas, o que seria vedado nessa fase processual .

Em 20 de novembro de 2020, foi certificado o trânsito em julgado do recurso extraordinário, procedendo-se com a remessa do feito à primeira instância, para prosseguimento. Aguarda-se o recebimento dos autos na 1ª Instância para que o Autor seja intimado a proceder com a emenda da ação, conforme determinado no acórdão proferido pelo TJSP.

ii. Reajuste Tarifário de 2013

O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta.

Ocorre que, as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro que as Concessionárias suportaram pelo não repasse, aos usuários, do reajuste tarifário definido em 2013.

Por essa razão, a Companhia, em 18 de maio de 2017, propôs ação de procedimento ordinário nº 1019383-89.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da ausência de reajuste da tarifa de pedágio em 2013 e parcial em 2014.

Em 25 de abril de 2019, finalizada a fase de instrução processual, foi proferida sentença julgando procedente o pedido da Companhia a condenar o Estado de São Paulo e a ARTESP ao reequilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato de Concessão, em razão da ausência do reajuste contratual nos anos de 2013 e 2014. Nesse momento,

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aguarda-se a eventual interposição dos recursos cabíveis pelo Estado de São Paulo e ARTESP.

Em 08 de maio de 2019, a Companhia opôs embargos de declaração contra a parte da sentença que dispôs sobre os honorários advocatícios. Em 14 de maio de 2019, o Estado de São Paulo e a ARTESP também opuseram embargos de declaração. Em 03 de junho de 2019, foi publicada decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pelo Estado e a ARTESP e deu provimento aos embargos de declaração opostos pela Companhia. Em 23 de julho de 2019, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recurso de apelação. Em 29 de julho de 2019, foi publicado despacho intimando a Companhia a apresentar contrarrazões até o dia 19 de agosto de 2019.

Em 19 de agosto de 2019, a Companhia apresentou contrarrazões ao recurso de apelação e interpôs recurso adesivo. Em 30 de setembro de 2019, o Estado de São Paulo e a ARTESP, apresentaram contrarrazões ao recurso adesivo e os autos foram remetidos ao TJSP para julgamento. Em 2020, a Companhia continua aguardando julgamento do processo.

iii. Reajuste Tarifário de 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 1º de julho de 2014, a Companhia propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026963-78.2014.8.26.0053, visando a aplicação do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. No caso da Companhia, o índice não contratual foi superior ao contratual. Todavia, pela irregularidade, a Companhia requereu o índice correto. Em 03 de março de 2015, foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela Companhia, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo.

Após julgamento dos embargos de declaração, a ARTESP e o Estado de São Paulo interpuseram recursos de apelação, que tiveram provimento negado pelo TJSP, em janeiro de 2016. Em julho de 2016, foram inadmitidos os recursos interpostos pelo Estado de São Paulo e pela ARTESP aos tribunais superiores. Em 1º de agosto de 2016, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram agravos em recurso especial e recurso extraordinário.

Em 06 de agosto de 2019, foi publicada decisão que não conheceu do agravo em recurso especial interposto pelo Estado de São Paulo e ARTESP. Em 16 de outubro de 2019, foi proferida decisão negando seguimento ao agravo em recurso extraordinário. Com o trânsito em julgado da decisão, os autos foram remetidos à origem e, em 19 de dezembro de 2019, foi proferida decisão determinando o cumprimento do acórdão.

Em 19 de junho de 2020, deu-se início ao cumprimento de sentença, a pedido da Companhia. Em 24 de junho de 2020, foi proferido despacho determinando a intimação do Estado de São Paulo e ARTESP para impugnar o cumprimento de sentença no prazo de 30 (trinta) dias. Como não houve impugnação por parte do Estado de São e ARTESP, em 30 de setembro de 2020, foi proferida decisão que certificou a ausência de impugnação dos réus e homologou os cálculos de honorários e custas sucumbenciais. Encerrado o cumprimento de sentença, os autos foram arquivados definitivamente em 29 de setembro de 2020.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A nota explicativa nº 19 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada, prospectivamente, quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outros resultados operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide no item “o”.

Os ativos em fase de construção são classificados como Intangível em construção.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionado a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

n) Direito da Concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, é adotada a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 20) com base nos termos contratuais, sob o entendimento do contrato de concessão da Companhia ser contrato executório. A Administração da Companhia avalia que este contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

o) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

p) Arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

q) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2020, as seguintes novas normas:

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Definição de negócio – Alterações ao CPC 15

Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.

As alterações introduzem um teste de concentração opcional que permite uma avaliação simplificada sobre se um conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio. De acordo com o teste de concentração opcional, o conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio se substancialmente a totalidade do valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrada em um único ativo identificável ou grupo de ativos similares.

Definição de Materialidade - Alterações ao CPC 26 (R1) e CPC 23

Altera a definição de “material” estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.

Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 08 e CPC 40

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de hedge.

Arrendamentos – Alterações ao CPC 06 (R2)

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando o CPC 06 (R2) como se fosse uma modificação de arrendamento.

Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

r) Novas normas ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06);
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 - alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06;
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26;
- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27; e
- Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 18 de março de 2021, foi aprovada pelo Conselho da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais da Companhia, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

2o	Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)
8b	Impostos diferidos
12	Intangível e intangível em construção
14	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários
15	Provisão de manutenção
19	Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixas e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI relativo às debêntures; e IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6 e 19.

As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais:

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>
Debêntures (a)	139.944	180.689	121.487	368.068
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	239	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	7.560	-	-	-
Contas a pagar - operações com derivativos	1.443	-	-	-
Obrigações com o poder concedente	372	-	-	-
Mútuos cedidos à terceiros	-	-	-	170.298

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos	1.726	2.001
Fundos de investimentos	59.587	-
Total - Caixa e equivalentes de caixa	61.313	2.001
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	108.622	79.054
Total - Aplicações financeiras	108.622	79.054

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 96,50% do CDI, equivalente a 2,67% ao ano (98,60% do CDI, equivalente a 5,86% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2019).

7. Contas a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Pedágio eletrônico (a)	16.807	17.444
Receitas acessórias (b)	376	419
	<u>17.183</u>	<u>17.863</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(197)	(262)
	<u>16.986</u>	<u>17.601</u>

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Idade de vencimento dos títulos:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Créditos a vencer	16.886	17.526
Créditos vencidos até 60 dias	75	57
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	25	18
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	55	52
Créditos vencidos há mais de 180 dias	142	210
	<u>17.183</u>	<u>17.863</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e
- (c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	23.957	20.610
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(8.145)	(7.007)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis (a)	(209)	(442)
Juros sobre capital próprio	2.890	3.060
Incentivos relativos ao imposto de renda	189	146
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(16)	-
Outros ajustes tributários	24	(304)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(5.267)</u>	<u>(4.547)</u>
Impostos correntes	(7.777)	(5.920)
Impostos diferidos	2.510	1.373
	<u>(5.267)</u>	<u>(4.547)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>21,99%</u>	<u>22,06%</u>

- (a) Em 2019, o valor inclui os efeitos da baixa de ativos contratados em anos anteriores, com valor diferente do valor de mercado no montante base de R\$ 322.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2020				
	2019	Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	287.076	(3.425)	283.651	283.651	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	345	(271)	74	74	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	100	(22)	78	78	-
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	25	10	35	35	-
Constituição da provisão de manutenção	6.890	5.479	12.369	12.369	-
Resultado de operações com derivativos	-	38	38	38	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(23.051)	694	(22.357)	-	(22.357)
Provisão para fornecedores	-	7	7	7	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	271.385	2.510	273.895	296.252	(22.357)
Compensação de imposto	-	-	-	(22.357)	22.357
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	271.385	2.510	273.895	273.895	-

	2019				
	2018	Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	289.625	(2.551)	287.074	287.076	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	253	92	345	345	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	31	69	100	100	-
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	317	(292)	25	25	-
Constituição da provisão de manutenção	2.965	3.925	6.890	6.890	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(23.179)	128	(23.051)	-	(23.051)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	270.012	1.371	271.383	294.436	(23.051)
Compensação de imposto	-	-	-	(23.051)	23.051
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	270.012	1.371	271.383	271.385	-

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	2020
2021	8.020
2022	8.011
2023	6.781
2024	10.380
2025	13.836
de 2026 a diante	236.623
Total	283.651

(b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante	73.578	73.578
Não circulante	1.207.905	1.281.483

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 73.578 (R\$ 73.578 no exercício de 2019).

- (a) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2020 e 2019, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	<u>Transações</u>			<u>Saldos</u>	
	<u>2020</u>			<u>2020</u>	
	<u>Despesas / custos com serviços prestados</u>	<u>Imobilizado/intangível</u>	<u>Receitas financeiras</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
				<u>Contas a receber / Cessão Onerosa</u>	<u>Fornecedores e contas a pagar</u>
Controladora indireta					
CCR S.A.	266 (a)	-	-	-	21 (a)
Outras partes relacionadas					
ViaOeste	-	36 (f)	-	40 (b)	36 (b)
ViaQuatro	-	-	-	5 (b)	8 (b)
CPC	2.280 (c)	350 (i)	-	-	150 (c)
Samm	246 (d)	-	-	-	21 (d)
SPVias	-	-	1.738 (e)	42.956 (b)(e)	2 (b)
Instituto CCR	80 (h)	-	-	-	-
ViaSul	-	-	-	1 (b)	-
Encalço Construções	-	28 (g)	-	-	1 (g)
Total	<u>2.872</u>	<u>414</u>	<u>1.738</u>	<u>43.002</u>	<u>239</u>

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Transações		Saldos	
	2019		2019	
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas financeiras	Ativo Contas a Receber / Cessão Onerosa	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora indireta				
CCR S.A.	256 (a)	-	-	20 (a)
Outras partes relacionadas				
Cor	-	-	2 (b)	4 (b)
AutoBAN	-	-	-	2 (b)
ViaOeste	-	-	51 (b)(f)	6 (b)
ViaQuatro	-	-	1 (b)	-
CPC	2.086 (c)	-	-	145 (c)
Samm	223 (d)	-	-	20 (d)
SPVias	-	4.583 (e)	65.483 (e)	-
ViaSul	-	-	2 (b)	-
Total	2.565	4.583	65.539	197

Na AGO realizada em 13 de abril de 2020, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, a qual não inclui os encargos sociais.

Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos da parte relacionada Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. – (ViaOeste).

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativos à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento;
- (c) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujo valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (d) Prestação de serviços de transmissão de dados, cujos valores são liquidados todo dia 20 do mês seguinte ao do faturamento;
- (e) Refere-se à cessão de créditos de prejuízos e bases negativas da Companhia para a SPVias, conforme permitido pelo Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela lei nº 13.496/2017, remunerado à variação acumulada de 120,89% do CDI, com vencimento em 20 de abril de 2022. Os pagamentos de juros serão trimestrais e o principal será pago anualmente e a primeira parcela foi liquidada em 20 de abril de 2020;
- (f) Refere-se a transferência devido a venda de ativos imobilizados;
- (g) Contrato para a execução dos serviços de Implantação de Vias Marginais Padroeira-Raposo entre o km 19+700 e o km 24+400, Pistas Interna e Externa, no Rodoanel Mário Covas SP 02, com vigência até 14 de setembro de 2021, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (h) Doação para auxiliar o custeio das atividades e projetos sociais a serem desenvolvidos pelo Instituto CCR; e
- (i) Refere-se a contratação CPC – Divisão Engelog para planejamento e elaboração de projetos de restauração e manutenção de pavimentos, com vigência até 31 de janeiro de 2021. Cujas notas fiscais serão emitidas até o dia 20 de cada mês anterior ao vencimento da parcela, essas últimas que possuem vencimento bimestral.

11. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2019		2020			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		1.668	-	(6)	76	-	1.738
Máquinas e equipamentos		23.110	-	(1.841)	2.650	-	23.919
Veículos		3.860	-	(1.108)	502	-	3.254
Equipamentos operacionais		44.058	-	(30)	696	(28)	44.696
Imobilizado em andamento		6.238	4.026	-	(4.052)	-	6.212
Total custo		78.934	4.026	(2.985)	(128)	(28)	79.819
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(1.124)	(133)	4	-	-	(1.253)
Máquinas e equipamentos	11	(16.590)	(2.289)	1.554	(3)	-	(17.328)
Veículos	24	(2.493)	(555)	1.091	-	-	(1.957)
Equipamentos operacionais	12	(31.372)	(3.179)	27	238	-	(34.286)
Total depreciação		(51.579)	(6.156)	2.676	235	-	(54.824)
Total geral		27.355	(2.130)	(309)	107	-	24.995
2019							
		2018		2019			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		1.625	-	(4)	47	-	1.668
Máquinas e equipamentos		21.763	-	(79)	1.426	-	23.110
Veículos		2.892	-	(223)	1.191	-	3.860
Equipamentos operacionais		42.640	-	(363)	1.787	(6)	44.058
Imobilizado em andamento		3.408	7.687	-	(4.846)	(11)	6.238
Total custo		72.328	7.687	(669)	(395)	(17)	78.934
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(982)	(146)	4	-	-	(1.124)
Máquinas e equipamentos	11	(14.396)	(2.272)	78	-	-	(16.590)
Veículos	33	(2.284)	(430)	221	-	-	(2.493)
Equipamentos operacionais	14	(28.267)	(3.467)	359	3	-	(31.372)
Total depreciação		(45.929)	(6.315)	662	3	-	(51.579)
Total geral		26.399	1.372	(7)	(392)	(17)	27.355

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 198 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 240 em 31 de dezembro de 2019). A taxa média de capitalização em 2020 e 2019 foram, respectivamente, de 3,16% a.a. e 6,74% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;
- (b) R\$ 11 refere-se à reclassificação do ativo imobilizado para custo e R\$ 6 refere-se a baixa de caução; e
- (c) Refere-se a crédito de IRRF.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível e intangível em construção

	Taxa média anual de amortização %	2019		2020		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura		445.317	-	6.228	-	451.545
Direitos de uso de sistemas informatizados		1.550	-	143	-	1.693
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		483	913	(249)	-	1.147
Intangível		447.350	913	6.122	-	454.385
Intangível em construção		73.913	9.517	(5.994)	(21)	77.415
Total custo		521.263	10.430	128	(21)	531.800
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(77.745)	(14.932)	(235)	-	(92.912)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1.204)	(152)	-	-	(1.356)
Total amortização		(78.949)	(15.084)	(235)	-	(94.268)
Total geral		442.314	(4.654)	(107)	(21)	437.532

	Taxa média anual de amortização %	2018		2019			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura		444.680	238	-	804	(405)	445.317
Direitos de uso de sistemas informatizados		1.521	-	(22)	51	-	1.550
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		-	145	-	338	-	483
Intangível		446.201	383	(22)	1.193	(405)	447.350
Intangível em construção		23.608	51.125	-	(798)	(22)	73.913
Total custo		469.809	51.508	(22)	395	(427)	521.263
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(63.734)	(14.091)	-	(3)	83	(77.745)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1.041)	(163)	-	-	-	(1.204)
Total amortização		(64.775)	(14.254)	-	(3)	83	(78.949)
Total geral		405.034	37.254	(22)	392	(344)	442.314

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 2.426, em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3.038 em 31 de dezembro de 2019). As taxas médias de capitalização em 2020 e 2019 foram respectivamente de 3,16% a.a. e 6,74% a.a., (custo das debêntures e notas promissórias, dividido pelo saldo médio das debêntures).

(*) Amortização pela curva de benefício econômico;

(a) Reclasseificações do ativo imobilizado para intangível; e

(b) Em 2020 refere-se a desapropriações. No exercício de 2019, R\$ 22 refere-se à desapropriação e R\$ 322 refere-se a baixa de ativos contratados em anos anteriores, com valor diferente do valor de mercado.

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva de custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento final	2020	2019
1. 6ª Emissão - Série única	120% do CDI	0,0760% (a)	3.171	660	Abril de 2024	384.927	805.983 (c)
1. 6ª Emissão - Série única	120% do CDI (b)	0,0760% (a)	-	-	Abril de 2024	385.127	- (c)
Total geral				660		770.054	805.983
Circulante							
Debêntures						127.172	39.892
Custos de transação						(260)	(590)
Valor justo						7.698	-
						134.610	39.302
Não circulante							
Debêntures						644.000	768.001
Custos de transação						(400)	(1.320)
Valor justo						(8.156)	-
						635.444	766.681

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação;
- (b) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 19.

Garantia

- (c) Aval / fiança corporativa da Controladora CCR S.A. na proporção de sua participação acionária.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2020
2022	168.000
2023	112.000
2024	364.000
Total	644.000

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 25 de outubro de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, quirografária e com garantia fidejussória da CCR, no valor nominal total de R\$ 800.000, realizada em série única e com remuneração de 120% do CDI. Os juros estão sendo pagos semestralmente, desde 26 de abril de 2018, e a amortização do principal é customizada, em parcelas anuais e consecutivas, a partir de 25 de abril de 2020 até 25 de abril de 2024.

Em 14 de dezembro de 2020, a Companhia contratou operação de swap, trocando 50% do fluxo da dívida de 120% do CDI para CDI + 0,9940% a.a..

Dentre as principais cláusulas de vencimento antecipado estão a alteração societária da emissora que resulte na perda, pela fiadora, do controle acionário direto e indireto da emissora, alteração de objeto social ou término antecipado do contrato de concessão.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciários e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicada:

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019		2020		Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos		
Não circulante						
Cíveis	-	133	(34)	(99)	-	-
Trabalhistas e previdenciários	73	259	(83)	(150)	5	104
	<u>73</u>	<u>392</u>	<u>(117)</u>	<u>(249)</u>	<u>5</u>	<u>104</u>

A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tem em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2020	2019
Cíveis	1.011	980
Trabalhistas	8	35
	<u>1.019</u>	<u>1.015</u>

15. Provisão de manutenção

	2019	2020		Saldo final
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	
Circulante	-	5.751	28	5.779
Não circulante	20.276	8.752	1.577	30.605
	<u>20.276</u>	<u>14.503</u>	<u>1.605</u>	<u>36.384</u>

A taxa anual de 2020 e 2019, para cálculo do valor presente, foi de 6,60% a.a.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.303.434, composto por 651.717 de ações ordinárias e 651.717 de ações preferenciais.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Dividendos

Em 13 de abril de 2020, foi aprovado através da Ata da Assembleia Geral Ordinária (AGO) o pagamento de dividendos à conta de dividendos adicionais propostos do exercício de 2019 no montante de R\$ 6.258, correspondente a R\$ 0,0111 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 23 de abril de 2020.

Em 24 de novembro de 2020, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA) o pagamento de dividendos intermediários à totalidade dos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2020 no montante de R\$ 1.936, correspondente a R\$ 1,4849 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 25 de novembro de 2020.

A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 5.400, a serem aprovados na AGO de 2021.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2020, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	18.690
(-) Constituição de reserva legal	<u>(934)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>17.756</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>4.439</u>
Total de juros sobre capital próprio pagos	8.500
Total de dividendos pagos	<u>1.936</u>
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	<u>10.436</u>

e) Juros sobre capital próprio

Em 24 de novembro de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 6.540, relativo ao lucro do exercício, pagos em 25 de novembro de 2020. Além de em 18 de dezembro de 2020, também foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o montante de R\$ 1.960, pagos em 22 de dezembro de 2020.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receitas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas de pedágio	255.821	276.843
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	7.112	48.334
Receitas acessórias	2.466	2.570
Receita bruta	<u>265.399</u>	<u>327.747</u>
Impostos sobre receitas	(22.348)	(24.185)
Devoluções	-	(4)
Deduções da receita bruta	<u>(22.348)</u>	<u>(24.189)</u>
Receita operacional líquida	<u>243.051</u>	<u>303.558</u>

18. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(27.179)	(57.288)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.605)	(876)
Capitalização de custos de empréstimos	2.624	3.278
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(16)	(17)
Perda com operações de derivativos	(528)	-
Juros sobre mútuos com terceiros (a)	(3.273)	(6.646)
Ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	-	(1)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(203)	(382)
	<u>(30.180)</u>	<u>(61.932)</u>
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	1.738	4.583
Rendimento sobre aplicação financeira	2.866	2.963
Valor justo de debêntures	459	-
Variações Cambiais sobre fornecedores estrangeiros	6	14
Juros e outras receitas financeiras	49	57
	<u>5.118</u>	<u>7.617</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(25.062)</u>	<u>(54.315)</u>

- (a) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 105% do CDI entre o RodoAnel Oeste e Encalco. Em 14 de julho de 2017, esse mútuo foi cedido para o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), com vencimento em 18 de novembro de 2024.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A., possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	2020			2019		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	1.726	-	-	2.001	-	-
Aplicações financeiras	168.209	-	-	79.054	-	-
Contas a receber	-	16.986	-	-	17.601	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	50	-	-	56	-
Contas a receber com operações de derivativos	915	-	-	-	-	-
Cessão onerosa - partes relacionadas	-	42.952	-	-	65.483	-
Passivos						
Debêntures (a)	(385.127)	-	(384.927)	-	-	(805.983)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(7.560)	-	-	(7.542)
Mútuos cedidos à terceiros	-	-	(104.916)	-	-	(102.135)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(239)	-	-	(197)
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	(4)
Contas a pagar com operações de derivativos	(1.443)	-	-	-	-	-
Obrigações com o poder concedente	-	-	(372)	-	-	(358)
	<u>(215.720)</u>	<u>59.988</u>	<u>(498.014)</u>	<u>81.055</u>	<u>83.140</u>	<u>(916.219)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** – Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

- **Contas a receber, contas a receber – partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores e contas a pagar – partes relacionadas, cessão onerosa – partes relacionadas, mútuos cedidos à terceiros** – Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Contas a receber e a pagar com derivativos** – Os valores justos (nível 2) foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- **Arrendamento mercantil e obrigações com o poder concedente** – Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos (nível 2), por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Debêntures mensurados ao custo amortizado** – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	385.587	385.127	807.893	834.364

(a) Valores brutos dos custos de transação;

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, a seguir.

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*hedge accounting*)** – A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (nível 2) (*hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 385.587 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 807.893 em 31 de dezembro de 2019), conforme detalhado a seguir:

Série	Taxas contratuais	Taxa contratual - <i>Swap</i>	Custo amortizado (a)
6ª Emissão - Série única	120% do CDI	CDI - 0,9940%	385.587

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Nível 2:		
Aplicações financeiras	168.209	79.054
Derivativos a receber / a pagar	(528)	-
Debêntures	(385.127)	-

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2020, têm por objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo.

Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação sobre 50% da totalidade da 6ª emissão de debêntures.

Os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre o instrumentos derivativos contratado para a Companhia:

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nocional) (1)		Valor justo		Efeito acumulado				Resultado	
				Moeda Local		Moeda Local		Valores a receber / (recebidos)		valores a pagar / (pagos)		Ganho/(Perda) e resultado	
				2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Merrill Lynch	14/12/2020	26/04/2024 (2)	120% do CDI CDI + 0,9940%	384.000	-	384.066	-	915	-	(1.443)	-	(528)	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 2020				<u>384.000</u>	<u>-</u>	<u>(528)</u>	<u>-</u>	<u>915</u>	<u>-</u>	<u>(1.443)</u>	<u>-</u>	<u>(528)</u>	<u>-</u>
TOTAL DAS OPERAÇÕES CIRCULANTES										<u>(1.443)</u>	<u>-</u>		
TOTAL DAS OPERAÇÕES NÃO CIRCULANTES								<u>915</u>	<u>-</u>				

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente; e
- (2) Os contratos possuem vencimentos semestrais em abril e outubro de cada ano até o vencimento final.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Riscos de juros	(528)	-
Total	<u>(528)</u>	<u>-</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2021 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽³⁾⁽⁴⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 6ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Abril de 2024	771.172	(17.545)	(21.941)	(26.342)
Swap CDI x CDI (ponta ativa)	CDI ⁽²⁾	Abril de 2024	(384.413)	8.781	10.982	13.184
Swap CDI x CDI (ponta passiva)	CDI ⁽²⁾	Abril de 2024	384.525	(11.201)	(13.045)	(14.890)
Aplicação financeira ⁽⁵⁾	CDI ⁽²⁾		168.209	3.090	3.863	4.635
Mútuo Rodoanel Oeste x Terceiro	CDI ⁽²⁾	Novembro de 2024	115.816	(2.312)	(2.890)	(3.468)
Efeito líquido				<u>(19.187)</u>	<u>(23.031)</u>	<u>(26.881)</u>
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :						
		CDI ⁽²⁾		1,90%	2,38%	2,85%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No item (2) abaixo, está detalhado a premissa para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2020, divulgada pela B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2020, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI); e
- (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas.

20. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromisso com o Poder Concedente

Outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente (vide maiores detalhes na nota explicativa nº 1).

No decorrer do exercício de 2020, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 4.099 referente ao direito de outorga variável (R\$ 4.209 no exercício de 2019).

b. Compromissos relativos à concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2020 esses compromissos estavam estimados em R\$ 436.263 (R\$ 442.649 em 31 de dezembro de 2019).

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

21. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Impostos a recuperar	28	
Impostos e contribuições a recolher e provisão imposto de renda e contribuição social	-	997
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	-	997
Outros imobilizados	(28)	-
Mútuos cedidos à terceiros	-	(997)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	-	(997)

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	Debêntures	Dividendos e juros sobre capital próprio	Operações com derivativos	Arrendamento mercantil	Total
Saldo Inicial	(805.983)	-	-	(4)	(805.987)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Pagamentos de principal e juros	62.649	-	-	4	62.653
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	15.419	-	-	15.419
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	62.649	15.419		4	78.072
Outras variações					
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(27.179)	-	-	-	(27.179)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	459	-	(528)	-	(69)
Outras variações que não afetam caixa	-	(15.419)	-	-	(15.419)
Total das outras variações	(26.720)	(15.419)	(528)	-	(42.667)
Saldo Final	(770.054)	-	(528)	-	(770.582)

22. Eventos subsequentes

Conforme Comunicados ao Mercado divulgados semanalmente pela Companhia, verificou-se no período de 1º de janeiro a 25 de fevereiro de 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior, os seguintes efeitos na demanda:

Real 2021 x Real 2020		
Veículos Equivalentes		
Realizado - 01/jan/2021 a 11/mar/2021		
x		
Realizado - 01/jan/2020 a 11/mar/2020		
Passeio	Comercial	Total
-14,1%	6,3%	-5,2%

Receita líquida da receita de construção

	01/02/2021 a 28/02/2021	01/02/2020 a 29/02/2020	% Var.
Receita líquida da receita de construção	66.368	27.655	140%

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Fábio Russo Corrêa
Ana Luiza Borges Martins
Rodrigo Siqueira Abdala

Presidente do Conselho
Vice-Presidente
Conselheiro

Composição da Diretoria

José Salim Kallab Fraiha
Fábio Russo Corrêa

Diretor Presidente
Diretor de Engenharia e Operações

Contador

Hélio Aurélio da Silva

CRC 1SP129452/O-3